

## REESTRUTURAÇÃO

# Engevix de Rio Grande em recuperação judicial

Empresa admite dívida de R\$ 8 bilhões. No dia 12 já havia dispensado 3,2 mil de um total de 3,7 mil trabalhadores

A Engevix Construções Oceânicas (Ecovix) entregou ontem pedido de recuperação judicial na 2ª Vara Federal de Rio Grande. Em nota, a empresa reconheceu que depois de uma “forte reestruturação financeira e ope-

racional ao longo de 2016”, avaliou que a recuperação judicial seria a medida mais apropriada para a retomada da operação no futuro. Conforme a nota, a companhia tem uma dívida de R\$ 8 bilhões. Se o pedido for aprovado, a Engevix ganha um prazo de 180 dias sem que os credores executem suas dívidas. Durante este período, vai apresentar um plano para manter o estaleiro em funcionamento.

A Ecovix entregou no dia 8 de dezembro o caso da plataforma de petróleo P-68 à Petrobras. Foi a terceira unidade fei-

ta para a estatal. O contrato original previa construção de oito cascos. Duas encomendas já haviam sido transferidas para a China diante dos atrasos das obras no Brasil. As últimas três foram canceladas pela Petrobras no início da semana.

A expectativa é de que a Ecovix pague à vista, antes do Natal, as rescisões dos funcionários demitidos com o fim das operações do estaleiro. Sem a Ecovix, que já teve sócios japoneses, liderados pela Mitsubishi, o número de vagas na indústria naval gaúcha cai pela metade.



Mundstock, diretor da iPlace, e Grings, vice-presidente do Grupo Herval

## LANÇAMENTO

## iPlace traz Apple à Capital

A capital gaúcha foi a escolhida pelo Grupo Herval para sediar a primeira loja conceito iPlace do Brasil. Maior parceira Apple da América do Sul, a rede traz para o Iguatemi Porto Alegre sua loja modelo: são 610 m<sup>2</sup> e 50 funcionários treinados para oferecer excelência em atendimento Apple em português, inglês, espanhol e francês. A abertura será hoje na área da expansão do segundo piso do shopping.

Cursos, workshops e palestras sobre os dispositivos Apple e assistência personalizada são alguns dos diferenciais da loja. “Não vendemos somente o produto, vendemos solução e conhecimento, oportunizando jornada única para a experiência do

cliente”, destaca Matheus Mundstock, diretor da iPlace. Para isso, o aperfeiçoamento da equipe segue em ritmo bastante acelerado. Outra novidade é a implantação de um sistema de pagamento mobile. O aplicativo foi desenvolvido exclusivamente para a iPlace, em parceria com as empresas Cielo e Linx.

A iPlace é hoje uma das empresas mais representativas do Grupo Herval, com 1.345 colaboradores. Até o final de 2017, o plano de expansão contemplará novas lojas em diversas regiões do país. “Meu sonho é levar a iPlace à avenida Paulista, em São Paulo”, diz o vice-presidente do Grupo, Germano Grings, que negociou a venda da Apple para o Brasil.

## FUNDO PREVI

## Sem extra para cobrir o rombo

Rio – Funcionários e aposentados do Banco do Brasil não precisarão fazer contribuições extras para cobrir o rombo do fundo de pensão Previ. O déficit de 2015 foi de R\$ 13,9 bilhões, mas ontem a informação é que o Plano 1 acumulou rentabilidade de 15,75% no ano, gerando um excedente de R\$ 4,8 bilhões.

## GREVE DOS FISCAIS

## Perda vai a R\$ 60 milhões

A maioria das indústrias gaúchas (87,5%) acumula prejuízos com a greve dos auditores fiscais da Receita Federal, que já dura quase 60 dias. “A estimativa é de que as indústrias tenham perdas de R\$ 60 milhões desde o início das paralisações, o que equivale a R\$ 1 milhão por dia”, disse Cezar Müller, coordenador do Conselho de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Concex) da Fieg.

Para 90% das empresas há atraso do envio e recebimento de mercadorias, dano na imagem diante de clientes e fornecedores, altos custos operacionais nas operações de comércio exterior e, em alguns casos, até paralisação da linha de produção. Diante desse cenário, a Fieg analisa buscar soluções na justiça, entre outras iniciativas.

Você sabe o que precisa para ser associado da Caixa de Assistência dos Advogados?

(x) ser estagiário  
ser advogado

Acesse [www.caars.org.br](http://www.caars.org.br) e confira os principais serviços oferecidos.



Vejam bem o que os senhores deverão decidir nos próximos dias a respeito do pacote de reformas enviado pelo governador José Ivo Sartori. Trata-se do futuro do RS e não apenas do futuro de algumas corporações e de pessoas privilegiadas que precisam entender que o governo joga com suas últimas cartas para evitar o colapso total do funcionamento da máquina pública.

Na última quarta-feira, o governo gaúcho recebeu um pouco de oxigênio com a suspensão do pagamento da dívida com a União por três anos e tal medida pode ser o início do processo de recuperação das finanças estaduais desde que o pacote seja aprovado pela Assembleia.

É importante ressaltar que os deputados que estão “fazendo média” com organizações sindicais (e estas não estão erradas em seus objetivos políticos) deveriam pensar em suas bases eleitorais e nos prefeitos que lhes dão apoio. Quem votar contra o pacote de Sartori poderá estar votando a favor do caos e da ingovernabilidade.

Aprovar o pacote é dar mais chances também para os



ROGÉRIO MENDELSKI

[rogerio@radioguaiba.com.br](mailto:rogerio@radioguaiba.com.br)

## Senhores deputados, reflitam bem

municípios gaúchos e cada prefeito deveria chamar os deputados que são votados em suas regiões e alertá-los do que poderá acontecer em outubro de 2018. Naquele mês, os eleitores julgarão o comportamento de cada deputado e o que se fez para salvar o RS.

Nesta semana, o governador Sartori já deixou claro

que não existe plano B para tirar o estado da UTI. O Palácio Piratini fez a sua parte com o diagnóstico da situação e com o envio à Assembleia da única receita existente – o pacote. Talvez possa lhe custar até mesmo a possibilidade de reeleição.

No entanto, sinceramente, acredito que José Ivo Sartori não está pensando nisso, pois se estivesse não entraria num confronto onde o barulho das diversas organizações dos servidores públicos transmite uma falsa representação popular, quando, na verdade, o governador optou por ouvir os anseios de uma maioria silenciosa que apoia as mudanças estruturais inadiáveis.

Senhores deputados: pesquisa divulgada no site do governo estadual diz que “72,4% dos gaúchos apoiam as medidas propostas por Sartori”. Há contestação sobre a pesquisa, por parte do Conselho Regional de Estatística, 4ª Região, mas não há outra sondagem que possa contrapor o que foi pesquisado. Logo, senhores deputados, reflitam bem na hora de votar. A maioria silenciosa (72,4%) não tem tambores e alto-falantes, mas tem olhos, ouvidos e milhões de votos.

### A violência (1)

Outra pesquisa diz que a criminalidade mudou os hábitos dos moradores de Porto Alegre e os números revelados são assustadores. A Associação dos Oficiais da Brigada Militar (Asofbm) divulgou uma pesquisa com 400 moradores de 66 bairros, de ambos os sexos, em todas as classes sociais e diferentes faixas etárias.

### A violência (2)

Houve um destaque para os percentuais desfavoráveis ao governo: 79,3% consideram o governo Sartori ruim ou péssimo. 87,8% também ruim ou péssimo no quesito segurança pública; 93% no mesmo item para Porto Alegre.

### Na real

A atual realidade gaúcha só tem uma porta de saída para todas as crises: aprovar o pacote que está na Assembleia. O perigo real e imediato é o acúmulo das folhas de pagamento atrasadas. Já o perigo da violência constatado na pesquisa da Asofbm é apenas a consequência de que no RS, sem uma reforma estrutural como a proposta pelo Piratini, logo os gaúchos ficarão entrancheados em suas casas. Não há dinheiro nem para comprar munição.

### Como enfrentar (1)

Já as soluções para enfrentar a violência são de origem legal e fogem da alçada do governador: 94,8% sugerem que crimes contra a vida tenham penas mais pesadas, 89,8% aprovam a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, 81,8% querem a prisão perpétua e 77,5% são favoráveis à implantação de Territórios da Paz.

### Como enfrentar (2)

As sugestões encontradas – penas mais pesadas, diminuição da maioridade penal e prisão perpétua – devem ser entregues na bancada esquerdista com sede no Congresso Nacional, pois são assuntos federais. A esquerda brasileira é contra todas elas, menos para a inútil – mas de dialética gramsciana – implantação de Territórios da Paz. O exemplo carioca mostra que a bandidagem aplaudiu os tais “territórios”.